



**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL NÚMERO: 7.825 ANO: 2010

1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?

☐ NÃO
☒ SIM

☐ Aumento de despesa - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
☒ Diminuição de receita - ☒ União ☒ estados ☒ municípios

1.1.Há proposição apensa, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?

☐ NÃO

☒ SIM

- ☐ Aumento de despesa. Quais?
- ☒ Implica diminuição de receita. Quais? Emenda da CTASP
- ☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?

2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:

2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?

☐ SIM ☐ NÃO

2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?

☐ SIM ☒ NÃO

2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?

☐ SIM ☒ NÃO

2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?

☐ SIM ☒ NÃO

3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas¹?

☐ SIM ☐ NÃO

3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:

4. Outras observações: O Projeto de Lei nº 7.825, de 2010, visa permitir que sejam deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual por pessoa física ou, em cada período de apuração, por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, os valores doados a fundos municipais, estaduais ou federais para aplicação em projetos de geração de emprego, ocupação e renda.

Foram aprovadas três emendas na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. A emenda nº 1 apenas altera a ementa da proposição. A emenda nº 2 dá nova redação ao

¹ Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2012/2015; arts. 93, 108 e 109 da LDO 2015; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

caput do art. 1º do projeto de lei para permitir a dedução das doações realizadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador e no apoio direto a projetos de geração de emprego, trabalho e renda, sem a necessidade de a doação ser realizada a fundos municipais, estaduais ou federais para aplicação em projetos de geração de emprego, ocupação e renda. A emenda nº 3 dá nova redação ao art. 2º da proposição para estabelecer que os projetos que receberem doação deverão ser previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ajustar-se às diretrizes, prioridades e normas do Fundo de amparo ao Trabalhador; e ter por finalidade proporcionar a geração de emprego, ocupação e renda no município de domicílio do doador.

As emendas nº 1 e 3, apresentadas na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, não implicam em aumento ou diminuição da receita pública. A emenda nº 2 gera renúncia fiscal, motivo pelo qual deve ser considerada incompatível e inadequada financeira e orçamentariamente.

Brasília, 8 de maio de 2017.

Maria Emília Miranda Pureza
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira